



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

ATA DE REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DO RIO SÃO JOÃO

1 Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e
2 quarenta minutos, iniciou-se a reunião ordinária do Subcomitê do Rio São João, no
3 Auditório do IPREV-CA, no centro do município de Casimiro de Abreu. Estiveram
4 presentes: Helan A. Cardozo (Prefeitura Silva Jardim); Marcelo Ferreira Faria e Denise
5 Rambaldi (Prefeitura Casimiro de Abreu); Luís Paulo Ferraz (Associação Mico Leão
6 Dourado); Fábio Fabiano e Rogério Couto (ICMBio); Sara de Oliveira Andrade
7 (Associação Raízes); Dalva Mansur (IPEDS); Nathália Bragança (CAJ); Keila Ferreira,
8 Douglas Jordão e Niella Morato (Prolagos); Gerson Vieira Lima (CODEMA); Roberta
9 Cruz (Observação Cabo Frio); Rafael Badia (RPC); Valben Curvelo (Pescados
10 Juturnaíba); Luis Gomes Ferreira Junior (SAAE Casimiro de Abreu); Renan Ventura,
11 Amabile Ferreira, Luis Fernando Falulstich e Marianna Cavalcante (CILSJ), para
12 deliberarem sobre os seguintes itens de pauta: **1. Plantio de cana-de-açúcar e**
13 **qualidade dos nossos rios e reservatório; 2. Solicitação da AGENERSA sobre a**
14 **barragem; 3. Relatório do Projeto "Águas Claras" (2 anos) e confecção do**
15 **material didático; 4. Classificação do reservatório e dos rios afluentes; 5. Assuntos**
16 **gerais.** A Sra. Dalva deu início ao primeiro ponto de pauta, informando que na noite
17 anterior havia recebido, por e-mail, resposta do Ministério Público (MP) à denúncia que
18 fez em nome do IPEDS das atividades de plantação de cana-de-açúcar no entorno e na
19 Área de Preservação Permanente da Lagoa de Juturnaíba. A resposta do MP foi de que o
20 pedido de suspensão das atividades pela empresa era infundado, visto que a empresa
21 deu entrada no processo das licenças ambientais para tais atividades, e que a outorga
22 existia, embora desatualizada. A Sra. Dalva declarou seu desejo de recorrer à reposta do
23 MP solicitando, ao menos, que a empresa conduza a plantação com o devido
24 afastamento a partir das nascentes, e declarou seu temor de que a Lagoa de Juturnaíba
25 venha a se tornar um depósito de enxofre (elemento que compõe a vinhaça –resíduo das
26 atividades do plantio e utilizada como fertilizante). Perguntou ao Subcomitê São João o
27 que eles pensavam sobre o assunto, logo hoje manifestação da assembleia de que
28 deveria haver recurso, e que a plenária apoiava esse recurso. O Sr. Helan (Silva Jardim)
29 disse que não concordava pois não tinha sido atingido pelo plantio. A Sra. Dalva disse
30 que entendia a posição dele como secretário. A Sra. Dalva perguntou se os presentes
31 estavam de acordo que o recurso tivesse como anexo a ata da presente reunião e a lista
32 de presença. O Sr. Fabio Fabiano informou que o ICMBIO deu parecer contrário ao
33 plantio de cana na área da APA do São João, e ficou então de enviar ao Subcomitê este
34 material, para que a Sra. Dalva o incluísse entre os documentos a serem anexados ao
35 recurso. Ficou acordado que o recurso consistirá na solicitação: da manutenção da Faixa
36 Marginal de Proteção de 200 m no entorno do Reservatório de Juturnaíba; de
37 reflorestamento das áreas indevidamente plantadas; do controle da operação por meio
38 de uma comissão de acompanhamento formada pelo Comitê Lagos São João, laudos
39 periódicos dos efluentes da produção e do monitoramento da qualidade dos efluentes. O
40 Sr. Luis Paulo perguntou porque a denúncia ao MP não foi enviada em nome do CBH
41 Lagos São João, então a Sra. Dalva respondeu que a razão seria porque o Comitê não
42 possui CNPJ e porque na época não houve tempo de convocar uma reunião
43 extraordinária. A Sra. Dalva então introduziu o segundo item de pauta, explicando que a



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

44 AGENERSA deliberou que a Prolagos realize o reparo das ombreiras tombadas à
45 jusante da barragem de Juturnaíba. Esclareceu que as mesmas foram construídas de
46 forma inadequada que tombaram logo depois da construção. De fato, existe um laudo
47 que esclarece que no ano de mil novecentos e noventa e dois elas já haviam caído,
48 permanecendo da mesma forma até os dias de hoje. Explicou que as ombreiras foram
49 construídas com a função de canal de irrigação para levar água a uma área que viria a
50 ser para plantação de arroz, o que nunca ocorreu e que, portanto, as ombreiras perderam
51 a função a que foram destinadas. A Sra. Nathália informou que a CAJ compete apenas a
52 operação da barragem, e não sua manutenção e que, portanto, a deliberação da
53 AGENERSA foi direcionada apenas à Prolagos. Questionou-se sobre a dominialidade
54 da barragem, então a Sra. Dalva explicou que o reservatório foi construído pelo DNOS.
55 Depois, definiu-se que a Lagoa de Juturnaíba estaria sob gestão estadual, mas que a
56 barragem se mantinha como patrimônio federal e citou um documento do INEA no qual
57 consta essas informações. A Sra. Keila disse que enviaria este documento
58 posteriormente. A Sra. Dalva esclareceu que seria de grande ajuda o acesso à planta da
59 construção da barragem para melhor compreensão da situação, visto que descreve toda
60 sua estrutura e o projeto de engenharia de construção. O Sr. Luis Paulo apontou a
61 importância de se ter laudos técnicos a respeito. O Sr. Fábio Fabiano informou a
62 problemática dos peixes na Lagoa de Juturnaíba, explicando que os peixes ficam
63 impedidos de realizar migração, e lembrou da necessidade de se construir uma escada
64 para este fim. Explicou a problemática de não ser claro se a solução do problema
65 compete à AGENERSA ou à Prolagos. O Sr. Rafael Badia disse que um problema real
66 para a operação da barragem são as ilhas flutuantes. A Sra. Keila explicou que esse
67 assunto já vem sendo discutido em um grupo de trabalho a pedido da AGENERSA e
68 que, em sua última reunião, concluiu-se que o grupo não possuía conhecimento técnico
69 para o levantamento de soluções para o problema, oficiando-se então o INEA para
70 orientações sobre o que deveria constar em um Termo de Referência para levantamento
71 das necessidades para a remoção da vegetação flutuante. O Sr. Luis Paulo reiterou sobre
72 a importância de laudos técnicos a respeito dos impactos da vegetação flutuante sobre a
73 operação da barragem. O Sr. Douglas acrescentou que seria necessária a revisão dos
74 níveis de operação da barragem, pois, durante chuva muito forte, os níveis das águas
75 estão subindo bastante. A Sra. Dalva acrescentou que todas essas questões devem ser
76 levadas ao público, e pede aos presentes que levem essas questões aos conselhos.
77 Opinou sobre a necessidade de um grupo de acompanhamento sobre as questões
78 relacionadas à barragem e que propôs que este grupo seja o próprio Subcomitê São
79 João. Concluiu falando sobre a visita técnica que seria no dia vinte e quatro de abril de
80 dois mil e dezoito com a presença de técnicos da Agenesra, das concessionárias, do
81 IPEDS e do CILSJ, e que ser alguém do Subcomitê São João tiver interesse em
82 acompanhar a visita poderia encontrar o grupo diretamente no local. O Sr. Rafael Badia
83 apresentou alguns resultados do "Revivendo Águas Claras", projeto cujo andamento é
84 avaliado e revalidado a cada dois anos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental do
85 CBH Lagos São João. O projeto tem o objetivo principal de reflorestamento de áreas de
86 proteção permanente (margens da Lagoa de Juturnaíba). Disse que um ponto chave do
87 projeto é "*casar quem tem área e quem precisa plantar*", e que a educação ambiental é
88 componente importante do projeto. Destacou a importância do projeto para o
89 levantamento de áreas passíveis de recuperação, formando um banco de dados de áreas



Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema
e dos Rios São João e Una

90 útil para outros projetos. Destacou o intuito de que a restauração das áreas seja
91 motivação para os proprietários e que a resistência dos mesmos tende a diminuir. A Sra.
92 Dalva chamou atenção para a necessidade de manter viveiros locais de mudas para
93 manutenção da genética, e que o plantio em si não basta, pois deve haver um
94 acompanhamento periódico da área a ser recuperada. A Sra. Dalva informou que o CBH
95 Lagos São João aplicará por volta de setenta e cinco mil reais em ações de educação
96 ambiental (e que esse montante provavelmente aumentará devido a um montante maior
97 total previsto para o comitê para este ano). E lembrou que o mesmo já aprovou a
98 aplicação de recursos para a impressão de material didático do Projeto "Revivendo
99 Águas Claras". Por fim, comunicou que uma ação prevista para este ano por parte do
100 CBH Lagos São João é o enquadramento da Lagoa de Juturnaíba. Os presentes
101 mostraram algumas dúvidas sobre o procedimento de enquadramento, e acordou que
102 que na próxima reunião uma pessoa seja convidada a explicar ao Subcomitê São João
103 sobre este tema. Concordou-se em marcar uma reunião extraordinária deste Subcomitê
104 para o dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, com a possibilidade de realização
105 no município de Silva Jardim, com os itens a) Enquadramento de corpos d'água e b) A
106 barragem de Juturnaíba. A Sra. Dalva agradeceu aos presentes e encerrou a reunião.

Dalva Mansur
Diretora do Subcomitê São João